

Neurologia

Instituto na expectativa por um desfecho rápido à polêmica que envolve o resultado da eleição para a escolha do novo diretor. *Página 9*

**ASSEMBLÉIA ÀS 10H DESTA TERÇA-FEIRA,
DIA 21, NO QUINHENTÃO**

Projeto chega ao Congresso, modificado

Projeto de lei é protocolado no Congresso, mas votação fica para depois das eleições porque parlamentares não realizaram esforço concentrado. O texto do PL também foi modificado. Fasubra afirma que não vai aceitar alterações conceituais que descaracterizem o plano de carreira. UFRJ realizou assembleia em clima de indignação. *Página 3*

ACESSO À UNIVERSIDADE

CEG rejeita cotas

Por 11 votos a 2, os conselheiros se posicionaram contra a adoção do método nas universidades públicas. A grande maioria dos estudantes da UFRJ vem de escolas particulares, segundo pesquisa da universidade, que revela também que apenas 15% dos alunos têm origem na rede pública. *Páginas 11 e 12*

Aposentados

Reunião de aposentados será nesta quarta-feira, 22 de setembro, às 10h, no Espaço Cultural.

ELEIÇÕES 2004

A UFRJ, segundo os candidatos



Daqui a duas semanas cerca de 4 milhões e 500 mil eleitores cariocas vão às urnas para eleger o novo prefeito. Os candidatos que disputam o governo da cidade do Rio respondem ao Jornal do SINTUFJR sobre o papel da universidade nos seus programas. César Maia (PFL) e Marcelo Crivella (PL), candidatos que trabalham contra os interesses populares, não responderam ao jornal. O primeiro turno das eleições será realizado dia 3 de outubro. *Páginas 5, 6, 7 e 8*

Operários reconstróem telhado do IFCS



Foto: Niko Júnior

E as obras no IFCS começaram mesmo. Aliás, nunca foram tão bem-vindos a movimentação intensa de operários e o barulho de marteladas em uma unidade da UFRJ como no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Mas a reconstrução de todo o telhado do prédio só foi iniciada na segunda-feira passada porque o diretor da unidade, Franklin Trein, fez o que informou no Conselho Universitário que faria. Ele autorizou que a empresa Perfil Plus Engenharia montasse o seu canteiro de obras numa sala do andar térreo, enquanto aguarda a licença da Prefeitura do Rio para construção do barracão na parte externa do IFCS.

O que poderá levar até 60 dias para ser concedida.

Trein garante que a improvisação para a acomodação dos trabalhadores e materiais não está interferindo nas atividades acadêmicas, como também o trabalho no telhado. Porque toda a área física em reconstrução já estava interditada há muito tempo, pelo risco que oferecia aos funcionários e usuários do instituto. A reabertura da biblioteca interditada há dois anos tem tudo a ver também com a conclusão desta etapa das obras de recuperação do prédio. O prazo em contrato para término da obra é de 90 dias.

Divulgação



Mais segurança no Fundão

A partir desta segunda-feira, 20, a Divisão de Segurança da Prefeitura da UFRJ conta com seis carros novos, equipados com radiotransmissor e giroscópio. A vigilância patrimonial terá também coletes à prova de bala e rádios portáteis para intercomunicação com as viaturas e a central de controle. Estas medidas fazem parte da execução do plano de segurança da universidade. As novas viaturas permitirão rondas 24 horas por dia e darão apoio a um sistema de transporte interno que conduzirá em kombis ou microônibus os alunos, funcionários e professores que frequentam as aulas noturnas para locais de maior oferta de transporte.

Reunião discute problema da Garagem

No dia 22, quarta-feira, será realizada uma reunião entre Reitoria, representação de trabalhadores da Divisão de Transportes e SINTUFRJ, às 9 horas, para definir a situação da empresa Hollos do Brasil (empresa incubada do Pólo Náutico), que está instalada na Divisão de Transporte. O objetivo principal é a melhoria das condições no local de trabalho e a diminuição ou eliminação dos riscos a que os trabalhadores estejam expostos em relação à saúde e segurança do trabalho. Estamos agendando com a DVST a realização de uma visita técnica às instalações do Pólo Náutico (localizado na antiga lavanderia) para avaliar a que condições estão expostos os trabalhadores daquele setor.

Pauta:

1. Definição do prazo limite para a saída da empresa da área da Divisão de Transportes.
2. Resposta por escrito do coordenador do Pólo Náutico (Fernando Amorim), que desqualificou o laudo feito pela DVST referente à inspeção na empresa citada.

CAMPEONATO DE FUTEBOL

Até o dia 24 de setembro os trabalhadores da UFRJ poderão se inscrever para participar do campeonato de futebol. Os jogos terão início no dia 5 de outubro e terminarão em 10 de dezembro. Os jogos se realizarão de terça a sexta-feira. Os interessados devem procurar Sady (2598-1888) ou Nelson (2598-9614).

**NÃO SEJA ENGANADO OUTRA VEZ
CONTRA BURGUESES VOTE**

Festa de campanha
SEXTA-FEIRA 20h
24/setembro
 convite: R\$5,00
 solidário: R\$10,00
Centro Cultural Camões - Largo de São Francisco
 Rua Luiz de Camões, 2 - ao lado do IFCS

X Semana de Planejamento Urbano e Regional
CIDADE, METRÓPOLE, REGIÃO, PAÍS
 20 a 24 de setembro de 2004
 Abertura: Prof. Dr. CLÉLIO CAPPOLINA DINIZ (CENEPLAR / UFRJ) - 2ª feira 20/09 às 18:00 hs.
 Encerramento: Prof. Dr. WILSON CARO (IE/ Unicamp) - 6ª feira 24/09 às 18:00 hs.
Casa do Estudante Universitário
 Av. Rui Barbosa, 72 - Flamengo - Rio de Janeiro/RJ
 Informações: www.ippur.ufrj.br - semanaippur@ippur.ufrj.br
 Tel: (21) 2598 1927 - 2598 1876

Reunião do GT EDUCAÇÃO
 Nesta quinta-feira, 23 de setembro, às 14h, haverá reunião de trabalho do Grupo de Trabalho (GT) Educação do SINTUFRJ. Será no auditório Hélio Fraga, bloco K, no Centro de Ciências da Saúde.
Na pauta:

- Avaliação do FME;
- Encaminhamentos da Plenária Nacional em Defesa da Escola Pública;
- Reforma universitária.

Nesta quinta-feira, 23 de setembro, às 14h, haverá reunião de trabalho do Grupo de Trabalho (GT) Educação do SINTUFRJ. Será no auditório Hélio Fraga, bloco K, no Centro de Ciências da Saúde.

NO CONGRESSO

Projeto de lei é protocolado no Congresso, mas chega com “ajustes na redação” que a Fasubra vai discutir

O projeto de lei que implanta a carreira dos técnicos-administrativos finalmente chegou ao Congresso na semana passada. Mas como os parlamentares não realizaram o esforço concentrado, o projeto só será votado depois das eleições. As alterações

foram anunciadas à direção da Federação pelo secretário-executivo do Ministério da Educação, Jairo Jorge. Contudo a direção da Fasubra afirma que não vai aceitar modificações conceituais no projeto e sim apenas o que for necessário para ajuste à lei.

Para esta terça-feira está agendada uma reunião entre dirigentes da categoria e o governo para discutir as modificações. O secretário do Ministério disse que, depois dessas discussões, seria possível novas alterações propostas pelo movimento para

“eventuais ajustes ou correções. Dois são os caminhos para isto ser feito, segundo o governo: o primeiro, através de substitutivo do governo, e a segundo, através de substitutivo do relator com acordo do governo de não vetá-lo. Quando indagado sobre qual

seria a posição do governo caso o movimento não aceite as modificações feitas, o secretário do MEC se limitou a dizer que isso seria discutido nas reuniões. Segundo o secretário, os ajustes seriam feitos através de acordo entre as partes.

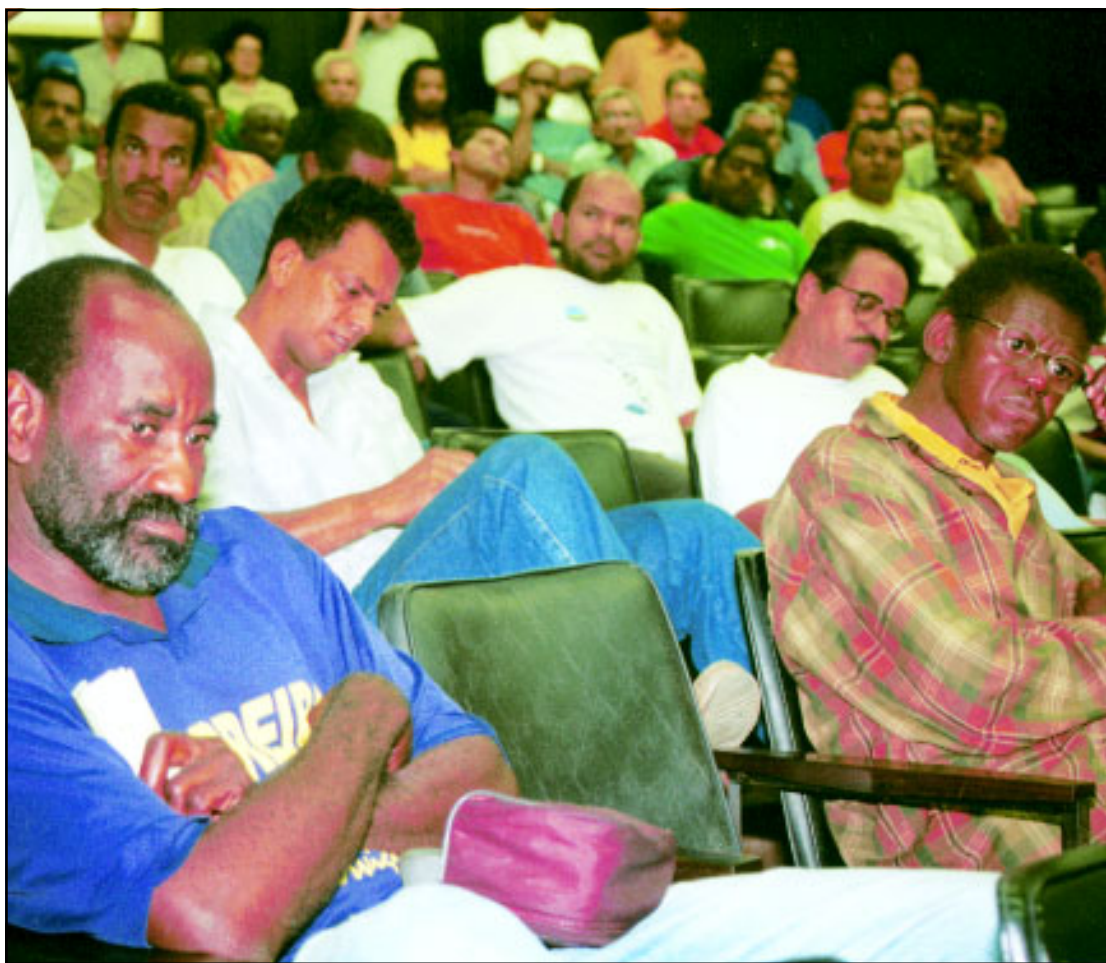
Foto: Niko Júnior

Assembléia em clima de indignação

Clima de indignação marcou a última assembléia dos trabalhadores da UFRJ na manhã de quinta-feira, dia 16: 1 – até aquele momento o projeto de lei ainda não tinha sido encaminhado ao Congresso Nacional o que aconteceu no fim, da tarde; 2 – o governo ameaçava mexer no documento, resultado de exaustivas negociações e avalizado por compromisso firmado por dois ministros de Estado (Guido Mantega, do Planejamento, e Tarso Genro, da Educação). Independente do mérito das mudanças no PL, cujas avaliações estavam sendo aprofundadas em Brasília pela direção da Fasubra, até o fechamento desta edição na noite de sexta-feira, só o fato de o governo ter imposto as modificações já era fator de comprometimento do acordo. Pior ain-

da: o governo apenas informou a direção da Fasubra das alterações no PL depois que o documento já havia sido protocolado no Congresso, informando que nossas possibilidades de alteração serão através de substitutivos durante a tramitação na Câmara e no Senado.

Este quadro era bem diverso do cenário que a categoria trabalhava há duas semanas, e havia a expectativa – estimulada pelo governo – da realização do esforço concentrado para a votação de matérias acumuladas na pauta, antes das eleições municipais. As mudanças no cronograma de tramitação do projeto de lei no Congresso implicarão e alterações no ritmo de implantação da carreira, o que é inquietante para a categoria.



UFRJ propõe plenária extraordinária

Na assembléia de quinta-feira, quando esse novo quadro já estava se desenhando, os trabalhadores da UFRJ decidiram indicar à direção da Fasubra a convocação de plenária nacional extraordinária o mais rápido possível. De acordo com a avaliação de vários companheiros, a situação criada com os novos acontecimentos exige avaliação política em reunião nacional legitimada pelas entidades de base em busca da redefinição da estratégia de nossa luta. Nesta terça-feira, dia 21, está agendada nova reunião com representantes do governo para que a Federação apresente sua avaliação sobre as modificações efetuadas no PL.

Assembléia Geral

dia 21 de setembro, terça-feira, às 10h, no Quinhentão

Reforma sindical também atingirá os servidores

A proposta de reforma sindical para o serviço público começou a ser discutida no Fórum Nacional do Trabalho (FNT) no início de setembro. A Câmara Setorial do Serviço Público tem até novembro para apresentar uma proposta para o setor público, adequando o texto elaborado no FNT aos servidores. Além das normas para a negociação coletiva, a Câmara vai definir a regulamentação do direito de greve no serviço público, a forma de organização sindical e de solução de conflitos no trabalho para os servidores públicos.

O presidente da Associação Latino-Americana de Advogados Trabalhistas, Luís Carlos Moro, alerta em artigo que os servidores públicos são os que mais devem ficar atentos nesta reforma. "O servidor, no Brasil, é vítima preferencial das reformas. Até pelo fato de serem encarados como privilegiados. Basta lembrar da reforma da Previdência, em 2003. Ela foi iniciada em 1998, por FHC, apenas com o pessoal



Foto: Niko Júnior

FUNCIONALISMO. Negociação coletiva é um dos pontos centrais que preocupam o movimento

da iniciativa privada; depois, vieram em cima dos servidores. Com a reforma trabalhista, no que se refere à retirada de direitos, deverá acontecer o mesmo."

Até o momento, o texto traçado pelo FNT não traz a regulamentação do direito de greve para os servidores, pre-

visto na Constituição. O texto também não prevê a regulamentação da liberdade sindical dos servidores, que sofrem sérios problemas para reivindicar seus pleitos por não terem uma negociação coletiva formal. Para Luís Carlos Moro, só a questão da negociação coletiva já deve-

ria deixar os servidores públicos de cabelo em pé. "Podemos dizer que o sindicalismo do servidor público hoje, pela falta da negociação coletiva, é um sindicalismo pela metade. Os servidores podem criar entidades representativas apenas para a negociação na esfera políti-

ca, mas para reivindicar questões pertinentes às categorias, encontram dificuldade."

A dirigente da CUT, Lúcia Reis, que participa da Câmara Setorial do Serviço Público, afirma que a negociação coletiva é um ponto prioritário para a central. Mais que as discussões ainda estão muito genéricas. Só houve duas reuniões, e a próxima só deve acontecer em outubro. Para Lúcia ainda há espaço de discussão, pois o projeto de lei não está pronto e o governo só deve encaminhar a reforma sindical para o Congresso em 2005. Agora, quando não se obtiver consenso, a disputa será feita através de emendas ao projeto. A regulamentação do direito de greve – não só para o serviço público –, por exemplo, é um ponto que não avançou nas discussões do FNT. "Continuamos buscando reabrir a discussão, mas se continuar no mesmo patamar iremos fazer emendas ao projeto através das bancadas no Congresso Nacional", afirma Lúcia.

Fórum de debates no 'site' do SINTUFRJ

O SINTUFRJ está construindo mais um instrumento de comunicação para a categoria. Logo, haverá um espaço para que os técnicos-administrativos possam debater, via rede, tudo aquilo que julgarem pertinente. O *site* do Sindicato terá na sua página principal um *link* especial chamado *Fórum de Debate*. Será através deste espaço que os técnicos-administrativos poderão debater os assuntos de seu interesse.

A página do SINTUFRJ foi ao ar pela primeira vez em 1998, e de lá

para cá já recebeu mais de 280 mil visitas. A principal função da página é manter a categoria informada sobre tudo que acontece de importante com o movimento. Além disso, a página disponibiliza notícias, arquivos, fotos e *links* interessantes para os trabalhadores da UFRJ.

Em 2004 a procura pelo *site* cresceu muito. Para se ter uma idéia do aumento, o número de visitas à página saltou de 217, no mês de fevereiro, para 376 em agosto. No entanto, mes-

mo durante a greve, período em que muitos companheiros acessaram diariamente a página do SINTUFRJ, o espaço que existe para um Fórum ainda não foi explorado em toda sua potencialidade.

Mas diante das reformas universitária, trabalhista e sindical que estão sendo propostas pelo governo, os técnicos-administrativos da UFRJ não podem desperdiçar esse importante espaço para discussão. Através do Fórum a categoria poderá trocar

impressões, fazer avaliações e quem sabe organizar sua mobilização para barrar qualquer reforma que tenha caráter neoliberal, ou que vá contra o interesse dos trabalhadores.

Para incentivar o debate sobre as reformas, colocaremos a cada semana novos textos, documento e artigos publicados na grande mídia sobre esses temas. Entre e clique no link *Fórum de Debate* do www.sintufrj.org.br/ e participe dessa nossa luta!



Os candidatos que disputam a Prefeitura do Rio respondem ao jornal do SINTUFRJ sobre o papel da universidade nos seus programas de governo

A UFRJ, segundo os candidatos

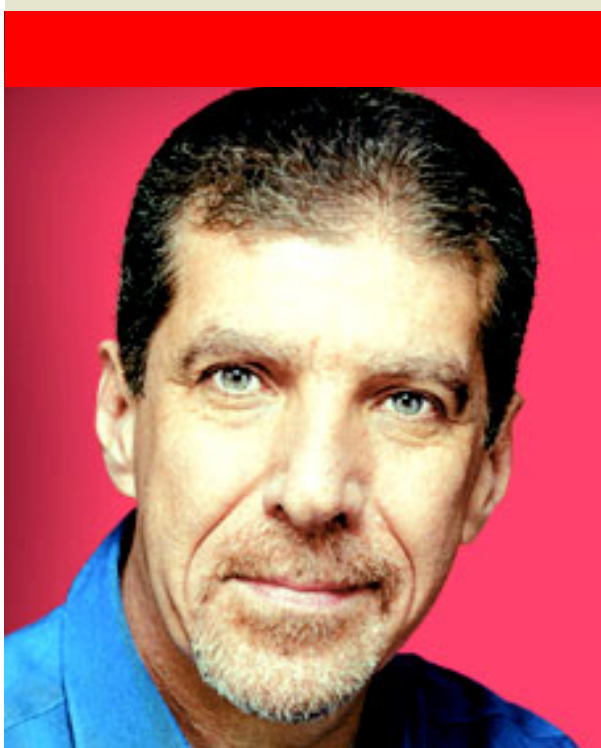
Daqui a duas semanas cerca de 4 milhões e 500 mil eleitores cariocas vão às urnas para eleger o novo prefeito do Rio. No leque de opções, representantes de partidos ligados a grandes grupos econômicos – a começar pelo atual prefeito e candidato à reeleição, César Maia, do PFL. Nesta mesma linha de vinculação às elites, outros candidatos também se destacam por usar a demagogia e pelos vínculos conservadores: o vice-governador Luiz Paulo Conde (PMDB), o candidato da dupla Rosinha/Garotinho que tem se caracterizado pela violência com que trata as reivindicações dos servidores públicos; o notório bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Marcelo Crivella (PL), que usa o discurso religioso para penetrar nas camadas mais desprotegidas e pobres da população. Os eleitores do Rio têm opções de partidos tradicionalmente ligados às lutas populares. A deputada Jandira Feghali (PCdoB), o deputado Jorge Bittar (PT), o bancário Octacílio Ramalho (PSTU) e Thelma Bastos (PCO-Partido Comunista Operário). O ex-governador Nilo Batista vai disputar o governo municipal pelo PDT e o deputado André Corrêa representa o PPS. O Jornal do SINTUFRJ encaminhou uma pergunta comum ao conjunto dos candidatos: Qual o lugar da UFRJ no seu programa de governo? César Maia e Crivella foram os únicos a não responder.

Publicamos também artigos de companheiros ou grupos de companheiros sobre as eleições municipais.



Jandira Feghali (PcdoB)

Uma de nossas prioridades é aproveitar o saber acumulado nas universidades, nas instituições científicas e nos centros de pesquisa situados no Rio para estabelecer parcerias na busca de soluções dos problemas da cidade nas áreas de transporte, saneamento, urbanismo, saúde, educação e inclusão digital. Para tal, já tivemos reuniões com os reitores da UFRJ, Aloísio Teixeira, da Uerj, Nival Nunes, e da UniRio, Pietro Novelino, que acolheram bem a iniciativa. Vamos, ainda, criar a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAP-Rio), retomando projeto aprovado na Câmara de Vereadores e engavetado pelo atual prefeito. Por fim, no caso específico da UFRJ, ouvimos do reitor reivindicações nas áreas de segurança pública e de melhoria na iluminação do Fundão, e nos comprometemos com elas.



Jorge Bittar (PT)

A UFRJ é a maior universidade federal do país e a mais tradicional.

Desenvolve conhecimento de vanguarda em áreas importantes para a cidade. Queremos celebrar convênios para que o conhecimento científico se transforme em apoio para o desenvolvimento e a melhoria de serviços importantes, como Educação, Saúde e Transportes. Desejamos também, através de convênios, desenvolver um programa especial com os hospitais universitários, em que a Prefeitura possa aportar recursos junto com o Ministério da Saúde para que essas instituições, além de realizarem seu trabalho de vanguarda, possam prestar serviços de Saúde de qualidade à população do Rio de Janeiro. Outra área de parcerias com universidades é a possibilidade do desenvolvimento de novas incubadoras de empresas e parques tecnológicos no Rio de Janeiro.



Octacílio Ramalho (PSTU)

É importante ressaltar o privilégio de nossa cidade em contar com unidades hospitalares com profissionais da mais alta qualidade. A Prefeitura do Rio precisa ter uma relação de prioridade com a UFRJ pelas necessidades que os cariocas têm enfrentado no quesito saúde. Não é possível que com tantos hospitais o Rio tenha um dos piores atendimentos à população. E a nova Prefeitura não pode se comportar como o atual prefeito que assumiu a restauração da biblioteca do IFCS e suspendeu a verba.

É urgente a parceria da Prefeitura com a UFRJ para melhorar o atendimento à população. Os trabalhadores da UFRJ poderão contar com o PSTU também na luta por melhores salários e condições de trabalho enfrentando a política de Lula que agrada o FMI e secundariza os trabalhadores, como no caso da Carreira dos técnicos-administrativos. Para enfrentar o descaso dos governos federal, estadual e municipal e seus representantes nas eleições: o prefeito César Maia, o vice da governadora, Luiz Paulo Conde, e os representantes da base do governo de Lula: Jandira Feghali, Jorge Bittar e Crivella, é preciso muita luta.



Nilo Batista (PDT)

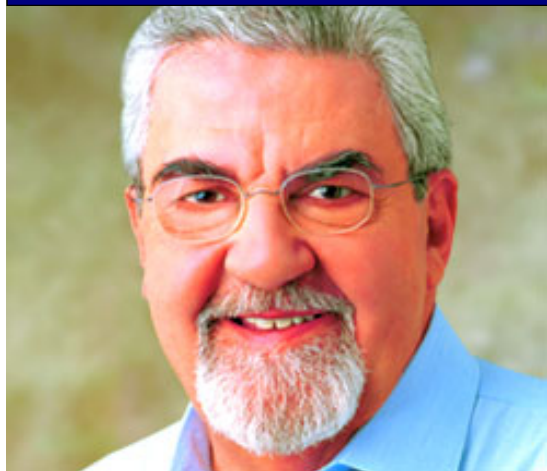
Meu apreço pela UFRJ pode ser medido pelo fato de, sendo já professor titular de direito penal da Uerj, estou me preparando, em plena campanha – tirando um tempinho ao sono –, para o concurso de titular da mesma matéria na Faculdade Nacional de Direito.

Na área médica, a reconhecida excelência dos hospitais e centros da UFRJ sugere um conjunto de convênios específicos que auxiliem a reabilitação do sistema municipal de saúde. Eu não hesitaria em investir na recuperação física do prédio e em equipamentos para o Hospital do Fundão, este notável hospital público.

Em muitas outras áreas abrem-se possibilidades fantásticas de cooperação entre a administração municipal e a UFRJ, do nível da pesquisa e planejamento até o aproveitamento de estagiários em inúmeros setores.

Passei metade de minha vida na academia (a outra metade, no foro), e jamais deixaria ocorrer o desperdício que significa não engajar a Universidade nos concretos processos de mudança. Estou às ordens para estudar pontualmente os laços que poderiam conduzir a essa colaboração.

Luiz Paulo Conde (PMDB)



Tenho um grande carinho pela UFRJ. Foi aqui que me formei em Arquitetura, fui professor e diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da universidade e até hoje mantenho um bom relacionamento com o corpo acadêmico, funcionários e alunos.

Com relação ao relacionamento entre a UFRJ e a Prefeitura, lembro que em meu primeiro governo desenvolvi vários projetos em parceria com a instituição. Um deles, realizado com a Coppe, foi o RioBus, que visa uma série de ações para reordenar os transportes da cidade e baratear o preço das passagens.

No próximo governo, pretendo expandir estas parcerias. Para começar, vou estimular e fomentar o parque tecnológico do Fundão. Pretendo apoiar também a criação de centros de excelência na universidade em diversas áreas.

Na Saúde, faremos diversas parcerias com os hospitais universitários. A comunidade da UFRJ pode contar comigo.

André Corrêa (PPS)



A UFRJ terá um papel altamente relevante em nosso governo por ser uma instituição de destacado valor, seja pelo corpo acadêmico que possui, seja pelos profissionais que forma em seus diversos cursos, seja pela importância das pesquisas que desenvolve. Resolver os problemas decorrentes da violência urbana será nossa prioridade na Prefeitura. Em nosso governo todos os setores da administração municipal atuarão unidos em torno da solução do verdadeiro “nó da segurança pública” que hoje engessa nossa cidade. Teremos em nossa cidade uma nova polícia que privilegiará a inteligência, e com todos seus policiais capacitados através de um curso de graduação superior com duração de dois anos a ser ministrado através de convênios a serem firmados entre a Prefeitura, a UFRJ e outras instituições públicas. Toda a sociedade civil, as universidades, as ONGs, as empresas e os institutos de pesquisa serão chamados a participar da elaboração de um diagnóstico sobre a violência, causas imediatas e conseqüências, locais e dinâmicas em que ocorrem os fatos mais graves.

Thelma Maria (PCO)



Assim como as demais universidades públicas do Rio de Janeiro, a UFRJ é hoje muito mal aproveitada pela administração pública. O investimento aplicado na universidade é desperdiçado, na medida em que as pesquisas não têm compromisso com as necessidades da maioria da população. Uma das causas para esse afastamento é sua atual forma de gestão.

O PCO tem a concepção de que a administração das universidades não deve se dar via reitor, e sim através de colegiados. A representação de cada segmento deve ser proporcional a seu peso numérico dentro da comunidade universitária. Acreditamos que o fortalecimento político dos estudantes garantiria uma produção científica mais voltada para os interesses da população e dos trabalhadores.

Mesmo com o atual modelo de gestão, as universidades poderiam ser melhor aproveitadas pelo município, se conseguíssemos criar, conjuntamente, uma linha voltada para o serviço comunitário. Sabemos que as universidades federais encontram hoje sérios problemas de carência de recursos públicos, mas juntos poderemos fazer uma pressão política muito maior sobre o poder central.



ASSEMBLÉIA DECIDIU ABRIR ESPAÇOS NO JORNAL PARA A DISCUSSÃO DAS ELEIÇÕES

DEBATE

Categoria debate pleito

Assembléia dos trabalhadores da UFRJ realizada na última quinta-feira, no Salão Azul, decidiu incluir na pauta da assembléia desta terça-feira a discussão sobre o posicionamento da categoria em relação aos partidos e ao processo eleitoral em curso. Com objetivo de acumular reflexão sobre o assunto, ficou decidido que o Jornal do SINTUFRJ iria abrir suas páginas para a opinião de pessoas e grupos sobre o tema. Seguem as contribuições enviadas.

O jogo do poder

No plano nacional existem contabilizados hoje pelo TRE 27 partidos políticos. A história política recente registra o aparecimento de mais de uma dezena de partidos que sumiram depois de cumprirem a função de alavancar a burguesia nacional, sempre submissa aos interesses externos. Outros partidos, devido a uma questão de sobrevivência, acabaram se incorporando e dando origem a outras legendas.

O PT fez história através da resistência e das lutas ao lado da classe trabalhadora. Na oposição combateu os **ismos** (casuismo, fisiologismo, oportunismo) construídos durante a velha e a nova República. O PT denunciava a farsa eleitoral que se repetia a cada 2 anos. As coligações, partidárias incompatíveis no campo ideológico, eram publicamente apontadas com veemência como parte dos **ismos** aos quais nos referimos.

Dois anos depois, os mesmos **ismos** continuam. Com uma pequena mas fundamental diferença: a incompatibilidade ideológica deixou de existir. Os partidos políticos considerados inimigos tornaram-se aliados. As reformas os aproximaram. À exceção daqueles partidos que resistem aos princípios socialistas.

Para os partidos que se encontram no poder, o que vale são as coligações nacional ou regional combinadas com a sua base de sustentação do governo. Não importa o campo ideológico, o que conta é o voto do eleitor desavisado naquele candidato. O eleitor, então, acaba perdendo numa troca desproporcional entre as promessas feitas em campanhas e as suas realizações, o que tem resultado em perda de direitos para o conjunto da sociedade. Provavelmente seja essa uma das razões pelas quais os "partidos de esquerda" ganhem governos e acabem seduzidos pelo poder e esqueçam da classe trabalhadora.

Com esse entendimento, os signatários abaixo recomendam à categoria - com os seus direitos ameaçados - que não votem em candidatos de coligações nas quais apareçam os seguintes partidos políticos: PTB, PDT, PT, PFL, PL, Pcdob, PSB, PSDB, PTC, PSC, PMN, PRONA, PRP, PPS, PV, PTdob, PP, PCB, PRTB, PHS, PSDC, PTN, PAN, PSL e PMDB.

Simone Silva (Nesc/diretora do SINTUFRJ)

José Carlos Pereira (Decania/CT)

Moacyr Magalhães (Inst. Psicologia)

Márcia Rocha (Coppe/CT/diretora do SINTUFRJ)

Paulo Menezes (Coppe/CT)

Agnaldo Fernandes (coordenador-geral do SINTUFRJ/CCJE)

Denise Góes (coord.-geral do SINTUFRJ/Faculdade de Odontologia)

Antonio Gutemberg (Prefeitura Universitária/diretor do SINTUFRJ)

Lula se curva ao novo império

É lamentável constatar que o presidente Lula, o operário, nordestino, sindicalista e fundador do partido que sempre esteve lado a lado nas lutas dos trabalhadores, contra governos de posturas neoliberais, tenha traído seus eleitores e mudado para o lado da nova força internacional, chamado por Antonio Negri (filósofo-político) de O IMPÉRIO. Trata-se de um sistema em que desaparece o direito internacional dos Estados soberanos, pois, não mais Estados nacionais, a não ser por suas estruturas formais esvaziadas de conteúdo. O mundo não é mais governado por sistemas políticos estatais, mas por uma única estrutura de poder, O IMPÉRIO, em um sistema político descentralizado e desterritorializado. Tudo isso significa também o desmonte das soberanias nacionais, e os meios estruturais de intervenção são os mecanismos monetários, as intervenções no campo da comunicação, no campo militar, jurídico e moral.

O mais grave é que Lula e sua equipe já combatiam esse império, quando estavam na oposição; agora temos que assistir a um presidente popular, eleito por maioria esmagadora, trair seus eleitores, ao entregar a nossa soberania a esse processo de desmonte da estrutura organizacional brasileira. Nós, trabalhadores em Educação, somos os chamados "bola da vez". Mas podemos começar uma reação através das próximas eleições, não votando nos candidatos dos partidos de sua base de sustentação política.

**Juscelino Ribeiro de Souza
(Vigilância HU - UFRJ)**



A quem interessa a indução do voto?

Companheiros, o processo eleitoral do nosso país sempre foi na sua maioria induzido por interesses particulares e a concepção ideológica ficou restrita a poucos. Porém hoje podemos afirmar que as siglas partidárias na verdade são apenas instrumentos a serviço dos que têm interesse no “curso eleitoral para galgar um espaço de poder no Legislativo” e com isto ganhar o direito de trabalhar de terça-feira a quinta-feira com todas as regalias possíveis e inimagináveis.

Motivado pelo debate iniciado em nossa assembleia no dia 16 de setembro, que queria definir se deveríamos ou não votar nos partidos da base do governo e no PT como forma de repúdio ao não-cumprimento do acordo por parte do Governo, resolvemos usar este espaço para emitir a seguinte opinião:

Primeiro é preciso registrar que não somos filiados a nenhum partido político, e o que nos une é a luta pelos interesses da categoria. Portanto, hoje a conjuntura eleitoral nos mostra que as siglas partidárias não refletem a ideologia dos seus candidatos, e sendo assim não devemos nos preocupar com as siglas e sim com o caráter dos candidatos, até porque muitos que estão hoje nos apoiando em nosso Projeto de Lei são ligados a partidos da base do governo e do PT. Será que devemos botar todos no mesmo saco e dizer que todos são nossos inimigos? Será que nossos aliados são aqueles que em 500 anos de história nos massacrou e retirou nossos direitos? Ou devemos apenas contar com o PSTU, que não

têm representação na Câmara dos Deputados? Ou será que devemos continuar no erro de usar o movimento sindical para fortalecer este ou aquele partido político e nos dividir na luta pelo interesses da categoria?

Desta forma acreditamos que induzir o voto da categoria favorável ou contrário em quaisquer partidos seria elemento de rejeição de um dos lados e poderia colocar em risco o nosso projeto de carreira e ao mesmo tempo fortalecer aqueles que apostaram todas as fichas no caos da greve para se consolidar como oposição na disputa eleitoral da nossa federação, processo eleitoral este que só acontecerá em dezembro.

Francisco de Assis dos Santos (IB)
Paulo César dos Santos Marinho (CT)
Manuel Dantas (Aposentado)
Marlene Ortiz (Aposentada)

Estatísticas do Rio de Janeiro (RJ)

4.368.663 eleitores em 2004
 5.974.081 população em 2003
 73,13% da população pode votar
 42 vereadores eleitos em 2000
 50 vagas para vereadores em 2004



Candidatos a prefeito

23 - André Gustavo Pereira Corrêa da Silva
 25 - César Epitácio Maia
 65 - Jandira Feghali
 13 - Jorge Ricardo Bittar
 56 - Lenine Madeira de Souza
 15 - Luiz Paulo Fernandez Conde
 22 - Marcelo Bezerra Crivella
 12 - Nilo Batista
 16 - Octacílio Pereira Ramalho
 29 - Thelma Maria da Silva Bastos

Vice: Roberto Percinoto - PPS / PAN
 Vice: Otávio Santos Silva Leite - PFL / PSDB / PSDC / PRTB / PTN / PV / PTdoB
 Vice: Luís Fernando de Oliveira Gutman - PCdoB / PCB
 Vice: Martha Mesquita da Rocha - PT / PTB / PSB
 Vice: Derli Azevedo Minguta - PRONA
 Vice: Manoel Ferreira - PP / PMDB / PSC / PHS / PMN / PTC
 Vice: Kátia Mattos Kozlowski - PL / PSL / PRP
 Vice: Maria Aparecida Campos Straus - PDT
 Vice: Edna Oliveira Felix - PSTU
 Vice: Angelica de Souza Rodrigues - PCO

outubro 2004

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

Calendário - Primeiro Turno

30 de setembro, 3 dias antes da eleição - Término da divulgação da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão. Último dia para realização de comícios, reuniões públicas e debates.
 2 de outubro, véspera da eleição - Último dia para a propaganda eleitoral feita com alto-falantes e amplificadores de som e também para a realização de carreatas e distribuição de material de propaganda política, inclusive volantes e outros impressos.
 3 de outubro, dia das Eleições: 8h, início da votação - 17h, encerramento da votação - após às 17h, emissão do boletim de urna e início da apuração e totalização dos resultados.
 6 de outubro, término da apuração dos votos.
 31 de outubro, segundo turno (se houver)
 10 de novembro, último dia para o encerramento dos trabalhos de apuração.
 19 de dezembro, último dia para a diplomação dos eleitos.

ProUni goela abaixo

O Programa Universidade para Todos é instituído por medida provisória e provoca reações

O polêmico Programa Universidade para Todos (ProUni), que cria a reserva de vagas para alunos de baixa renda em instituições particulares, foi instituído por medida provisória (MP) pelo governo Lula segunda-feira passada. A ação do governo surpreendeu a todos e causou muitas reações. A Fasubra condenou a atitude do governo. "A MP foi uma precipitação do governo, até porque não houve debate maior com a sociedade. E além disso somos contra o ProUni, pois consideramos uma forma de transferência de verbas públicas", afirmou José Flávio Ávila, coordenador das Universidades Estaduais da Fasubra.

O professor Roberto Leher, do grupo de trabalho do Andes (sindicato nacional dos docentes das universidades federais), disse que o ProUni é um mecanismo que vai expandir o conceito de mercado para o ensino superior. "Trata-se de expansão da privatização da universidade pública", disse, num debate na UFF na semana passada. No mesmo debate, a representante da Fasubra, Graça Freire, fez críticas ao ProUni e ao projeto de reforma universitária do governo. De acordo com Leher, o montan-



DEBATE. Graça Freire, da Fasubra, participou de debate no DCE da UFF sobre a reforma

te de dinheiro do qual o governo irá abrir mão com a isenção fiscal que concederá às empresas privadas de ensino seria suficiente para fortalecer um projeto de fortalecimento da universidade pública.

A medida provisória foi publicada logo após duas ações de mobilização em defesa da educação pública e que teve como alvo o debate sobre a reforma universitária. Na sexta-feira o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública reuniu-se, e no domingo houve plenária dos movimentos contra a refor-

ma, reunindo mais de 1.500 pessoas. A principal deliberação desta plenária foi a realização de uma marcha nacional a Brasília contra a reforma universitária, dia 25 de novembro.

O ProUni destina-se à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais de 50% para cursos de graduação e sequenciais de formação específica nas instituições privadas para estudantes carentes. Como contrapartida o governo isentará as participantes de uma série de impostos. O projeto de lei sobre a questão tramitava desde

maio na Casa Civil e iria para votação na Câmara dos Deputados. O governo resolveu não mais esperar e recorreu à MP para aprovar mais uma parte da sua reforma universitária sem qualquer discussão no Congresso Nacional, assim como fez com o Sistema Nacional de Ensino Superior (Sinaes).

Com o ProUni as universidades filantrópicas, que já possuem isenção fiscal prevista na Constituição, serão obrigadas a conceder bolsas integrais a no mínimo 10% de seus discentes. Já as instituições com fins lucrativos

poderão optar por aderir ou não ao programa. Aquelas que aderirem ao ProUni receberão em troca isenção do Imposto de Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do PIS enquanto durar a adesão.

Reações

O fato de o governo ter editado uma medida provisória para instituir o ProUni, cujo projeto já estava tramitando no Congresso, causou muitas reações. Para o presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes), Gustavo Petta, a iniciativa surpreendeu, não só pelo fato de instituir o programa por medida provisória, mas também pela redução do número de bolsas integrais a serem oferecidas pelas filantrópicas.

O projeto original do governo previa que as instituições filantrópicas destinariam 20% da receita bruta em bolsas integrais para alunos do ProUni. O texto publicado diz que elas destinarão uma vaga a cada nove alunos pagantes. "Achamos que a melhor forma era continuar discutindo no Congresso", disse Petta. A UNE tem posição moderada.

Bancários em greve

A assembléia dos bancários realizada em 14 de setembro, terça-feira, aprovou a greve como resposta à proposta de reajuste salarial de 8,5% apresentada pela Fenaban (Federação Nacional dos Bancos). A reivindicação da categoria é de reajuste de 25%.

De acordo com a assessoria do Sindicato dos Bancários, o movimen-

to começou na quarta-feira com adesão de 90% das agências localizadas no Centro cidade e 50% das demais áreas. Na sexta-feira, quando fechamos o jornal, os números já chegavam a 95% e 60%, e a expectativa do sindicato é que a mobilização cresça ainda mais nos próximos dias.

Até agora estão em greve os traba-

lhadores dos bancos Bradesco, Unibanco, Santander, Itaú, HSBC, Real, além da Caixa Econômica e do Banco do Brasil. Na sexta-feira à tarde houve passeata no centro do Rio.

Os bancos integram o sistema financeiro e pertencem a um setor da economia que não conhece crise. Nos últimos anos, enquanto milhares de

trabalhadores foram empurrados para o desemprego, o balanço financeiro das instituições financeiras sempre indicou lucros exorbitantes. Os bancos nunca perdem. Agora mesmo, com o novo aumento da taxa de juros pelo governo, do qual são credores, milhões e milhões de reais vão para seus cofres.

CEG rejeita cotas

Por 11 votos a 2, os conselheiros se posicionaram contra a adoção do método nas universidades

“O CEG declara seu total apoio à democratização de acesso aos cursos superiores a ser desenvolvida basicamente por medidas voltadas para aumento de vagas e garantia de permanência dos estudantes; mas se posiciona contrariamente à adoção de qualquer tipo de reserva de vagas ou estabelecimento de cotas nos cursos de graduação das instituições de ensino superior públicas.” Essa foi a posição aprovada por 11 votos contra 2 na última sessão do Conselho de Ensino de Graduação, na quarta-feira, dia 15.

Desde o início da sessão os conselheiros revezaram-se numa série de avaliações críticas em relação à política de cotas. O presidente do colegiado, José Mayer, considerou que o conselho tinha condições de votar um posicionamento formal sobre o assunto apesar da ponderação do representante do CCMN, Miguel Jonathan, sobre a necessidade de prazo para a comunidade opinar,



Foto: Niko Júnior

CEG, QUARTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO. Reunião do CEG se posiciona sobre cotas

porque o assunto é vital para a universidade.

As intervenções que se seguiram, no entanto, caminharam no sentido de elaborar a formulação mais adequada. Até que, por fim, a maioria aprovou a proposição apresentada pelo professor Marcelo Correa e Castro, representante do CFCH.

Os votos contrários foram

dos representantes discentes Luciana Cristina de Souza e Luciano da Silva Barbosa. “Foi uma grande derrota para a democratização do acesso. A avaliação que temos é que o conselho é, ainda, muito conservador em alguns pontos”, lamentou o estudante. Para Luciana, o tema deveria ser mais difundido na Universidade.

O titular representante do CCS, Gil Fernando Salles, deu lugar à suplente, Maria José Coelho, no momento da votação. Seu centro rejeitou, mas ele é, pessoalmente, favorável à cota social: “Claro que tem que melhorar o ensino fundamental e médio. Mas a situação é tão angustiante, que temos que dar um passo audacioso.”

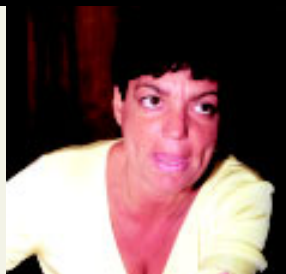
“Nesse momento, a minha posição, como presidente do colegiado, é a posição do colegiado. No entanto, a minha opinião pessoal sempre foi favorável às cotas para a escola pública e racial, embora eu considere que as cotas não consigam sequer fazer cócegas na realidade brasileira hoje, em que temos apenas 2% dos jovens entre 18 e 24 anos na universidade pública. O que resolve, de fato, é o aumento do número total de vagas, ampliação e crescimento dos cursos noturnos e criação de cursos novos”, declarou José Mayer.

A representação da bancada dos técnicos-administrativos no CEG não pôde participar da sessão do conselho que se posicionou sobre assunto. A titular, Ana Maria Ribeiro, estava se submetendo a uma cirurgia. A suplente, Vera Barradas, participava, no momento da sessão do CEG, de outra reunião no Instituto de Neurologia, na Praia Vermelha.

Opiniões sobre as cotas



Ismael Soares, representante do CT
“Temos que pressionar os governos estadual e municipal por qualidade de ensino. Este é o caminho para se enfrentar o problema. A partir da nova realidade, não vamos ter mais ninguém aqui por favor, mas por mérito”, disse o representante do Centro de Tecnologia.



Ana Canen, representante do CFCH
“A questão das cotas é complexa e por si só não garante a democratização. Nós já temos democratização do acesso na medida em que nós procuramos de outras formas ampliar o número de vagas, incentivar cursos noturnos e garantir a permanência, com suporte financeiro e pedagógico.”



Luciana de Souza, representante discente
“Por que a Reitoria não fez uma pesquisa que apurasse quantos estudantes negros há em cursos como Odontologia, Medicina ou Produção? Talvez não houvesse necessidade de implementar cotas em todos os cursos. Na Biologia, por exemplo, 70% são provenientes de escolas públicas.”



Luciano Barbosa, representante discente
“A gente defende cotas como uma política emergencial e paliativa, mas, na verdade, a questão a que os conselheiros não conseguem responder é que, como a reestruturação do ensino médio vai demorar, no mínimo, 10 anos, estudantes negros e oriundos da escola pública vão continuar excluídos.”



Luiz Felipe Coelho, representante do CCMN
“Cotas não resolvem. O problema não é só o ingresso na universidade pública, mas permanência. Nossa experiência no CCMN mostra que um número imenso de alunos ingressa e não tem condições de permanecer por problemas financeiros. Os cursos noturnos são fundamentais.”

Grande maioria na UFRJ vem de escola particular

Pesquisa revela que apenas 15% dos alunos têm origem na rede pública

Foto: Niko Júnior

Dos 6.304 estudantes que passaram no último vestibular da UFRJ, 67% cursaram todo o ensino fundamental (da 1.ª à 8.ª séries) em escola particular e apenas 15,2% em escola pública. Os dados são do questionário sociocultural aplicado pela UFRJ no último vestibular e estão disponíveis na página da internet da universidade.

De acordo com o questionário, a porcentagem de alunos com origem na rede pública aumenta um pouco quando se trata do ensino médio. Dos aprovados, 65% dos candidatos cursaram todo o ensino médio em escola particular e 27,1% em escola pública. Como o número de candidatos inscritos que estudaram em escola particular (57,6%) é maior do que o da escola pública (32,9%), a probabilidade de um estudante do ensino privado entrar para a universidade é maior do que a de quem estudou em colégio público.

Porém, um dos principais motivos de ser baixo o percentual de estudantes de escola pública que entram para a UFRJ é a qualidade ruim do ensino público, resultado de um processo de sucateamento da educação pública no país. Esse desmonte do ensino básico afasta da universidade os que não podem pagar pelo ensino particular. Investir no ensino público de qualidade seria a forma de dar oportunidade a todos os estudantes de terem acesso à universidade pública.

“Com certeza um ensino público de qualidade faz com que o aluno de escola pública consiga entrar na universidade pública. Investir na universalização da educação é a me-

lhor maneira de dar ao aluno a chance de chegar ao nível superior”, afirmou o professor do Colégio de Aplicação da UFRJ e superintendente do CFCH, Moacir Barreto.

Os resultados obtidos pelos alunos do Colégio de Aplicação da UFRJ em que o ensino público é de qualidade comprovam. “Todo ano, cerca de 1/3 de alunos do CAP UFRJ, de uma média de 80 inscritos, consegue vaga na opção escolhida para a UFRJ”, disse o professor Luiz Otávio, coordenador acadêmico do vestibular da UFRJ. Segundo o professor, a média de aprovação do Colégio de Aplicação da Uerj é semelhante à do CAP da UFRJ.

Cursos noturnos

Assim como investir no ensino público de qualidade aumentaria o acesso à universidade pública, a ampliação da oferta de cursos noturnos seria para muitos uma

forma de democratizar o acesso ao ensino superior. O pró-reitor de Ensino e Graduação, José Roberto Meyer, é um dos que sempre defendem essa proposta. Segundo ele, o percentual de alunos de escolas públicas nesses cursos é muito elevado. Os cursos noturnos são geralmente a opção dos estudantes que precisam trabalhar.

Porém, se pudessem escolher, a maioria dos aprovados no vestibular da UFRJ em 2004 – segundo os dados do questionário sociocultural – preferiria estudar pela manhã, mas também aceitaria estudar à noite (48,1%). Apenas 11,9%, dos calouros prefeririam estudar à noite e 38,2% só aceitariam estudar pela manhã.

PRÓ-REITOR.

José Roberto Meyer defende a ampliação de cursos noturnos para democratizar o acesso



Você frequentou o ensino fundamental:

Opção	Descrição	Inscritos	%	Aprovados	%
-	Não responderam	1067	2,0%	119	1,9%
A	Todo em escola pública	13393	25,2%	961	15,2%
B	Todo em escola particular	30101	56,6%	4223	67,0%
C	Maior parte em escola pública	4489	8,4%	526	8,3%
D	Maior parte em escola particular	4162	7,8%	475	7,5%
E	Marcação inválida	1	0,0%	0	0,0%
Total		53213		6304	

Você frequentou o ensino médio:

Opção	Descrição	Inscritos	%	Aprovados	%
-	Não responderam	889	1,7%	96	1,5%
A	Todo em escola pública	17517	32,9%	1709	27,1%
B	Todo em escola particular	30653	57,6%	4097	65,0%
C	Maior parte em escola pública	2019	3,8%	220	3,5%
D	Maior parte em escola particular	2135	4,0%	182	2,9%
Total		53213		6304	

Se você pudesse escolher o turno em que irá estudar, daria preferência ao:

Opção	Descrição	Inscritos	%	Aprovados	%
-	Não responderam	1000	1,9%	115	1,8%
A	Turno da noite	8547	16,1%	748	11,9%
B	Diurno, mas aceitaria frequentar o curso à noite	26237	49,3%	3030	48,1%
C	Diurno sem aceitar frequentar o curso à noite	17429	32,8%	2411	38,2%
Total		53213		6304	

Fonte: UFRJ

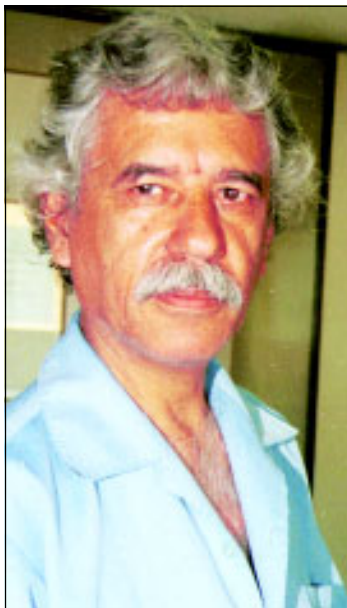


Nos tempos do bandeirão

Sem restaurante universitário, mais de uma refeição por dia é praticamente proibitiva para boa parte dos trabalhadores da universidade que se viram como podem

Bons tempos aqueles em que os funcionários da UFRJ podiam contar com uma alimentação de qualidade por valor simbólico. Tempos dos bandeirões quando uma boa refeição era feita a custo reduzido. Manuel Fernandes de Lima almoçava e jantava no Fundão. "Agora só posso fazer uma refeição até chegar em casa". Manuel não é o único funcionário da manutenção do CCS que conheceu bem os bandeirões da UFRJ. Jorge Nascimento também se beneficiava desse serviço para estudantes e trabalhadores. Hoje não é possível fazer uma refeição por menos que cinco reais, eles dizem. Um valor que pesa no orçamento de quem não recebe salário substancial. Como se sabe, o vazio deixado pelos quatro bandeirões que funcionavam no Fundão (na Reitoria, no CT/CCMN, no HU, e no CCS) foram ocupados por restaurantes e quiosques privados que dominam a paisagem no campus.

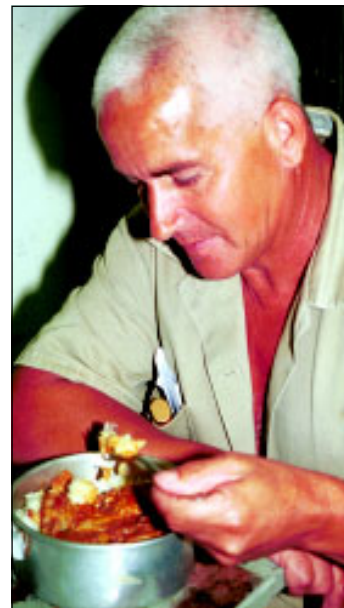
A alternativa encontrada por Jorge e Manuel para garantir um bom almoço a um custo possível para o bolso foi improvisar cozinha no setor onde pudessem preparar as refeições. "Se fosse comer todos os dias nesses restaurantes e quiosques da universidade, ficaria muito pesado no final do mês", faz as contas Jorge Nascimento. Além que dividir o espaço para preparo do almoço, os trabalhadores da manutenção do CCS rateiam o custo da compra dos alimentos "Cada um contribui com mais ou menos R\$30 por mês e dá para se comer bem", informa Jorge Nascimento.



"Não dá nem para pensar em comer mais de uma vez por dia. Se ficar com fome, vai ter que esperar até chegar em casa, se não o orçamento não dá".
Jorge Lima



"Na ponta do lápis já chaguei a gastar R\$75,00 por mês em quentinha. Nem pendurar para pagar no final do mês é possível para aliviar".
Manuel Fernandes de Lima



"Quando cai o fim da tarde a gente engana o estômago com um cafezinho que prepara na cozinha. É a solução para segurar até em casa".
Jorge Nascimento

REFRESCO NA PROMOÇÃO - Jorge Lima passou em concurso para a UFRJ em 1994 e não chegou a conhecer um restaurante universitário. Para ele não há alternativa se não comprar comida pronta vendida nos quiosques da Universidade "Não tenho como preparar a comida em casa, por isso pago R\$ 5,00 todos os dias para comer. Esse é o menor valor que eu encontro por aqui. Eles chamam isso de promoção porque vem com um copo de refresco" relata, enquanto mostra a quentinha, que de tão pequena cabe na palma da mão.

Uma rápida conferência pelos quiosques (muitos, abertos recentemente) instalados no campus da universidade no Fundão, se constata que por menos de R\$4,00 não é possível comprar uma boa refeição. O preço das refeições varia muito, mas não há quentinhas por menos de R\$4,50. "Na ponta do lápis já chaguei a gastar R\$75,00 por mês em quentinha. Naquela época a gente conseguia até pendurar para pagar no final do mês. Acho que nem isso a gente consegue mais fazer", contabiliza Manuel Fernandes de Lima.

Com os preços cobrados por aqui, lanche durante o expediente é impensável. Jantar, mais impossível ainda. "Não dá nem para pensar em comer mais de uma vez por dia. Se ficar com fome, vai ter que esperar até chegar em casa, se não o orçamento não dá", diz Jorge Lima. Sem restaurante universitário os trabalhadores precisam se contentar com uma refeição para o dia todo. "Quando cai o fim da tarde a gente engana o estômago com um cafezinho que prepara na cozinha", conta Jorge Nascimento.

Memória

Em 92, funcionários ocuparam bandeirão

No dia 24 de março de 1992, centenas de funcionários invadiram o bandeirão do CCMN, ignorando a roleta, em protesto contra o aumento de preços. O ato se repetiria até que a reitoria (de Nelson Maculan) negociasse preço, qualidade e condições de trabalho. Sem sucesso. A Reitoria restringiu o serviço apenas ao restaurante do CCMN, gerando filas intermináveis. Até que os bandeirões foram totalmente extintos.

Em fevereiro de 1993, mais de cem funcionários foram à Reitoria exigir que o valor do vale alimentação fosse suficiente para uma refeição em qualquer lugar do campus ou se implantasse meio expediente e ameaçaram levar "quentinhas" ao Consuni. Maculan determinou a complementação do valor. Mas logo depois, a categoria sentiu o que o fim dos serviços de alimentação representou, apelidando o tiquete de "Vale-Ovo". Esse foi o início de um longo período de terceirização, que depois atingiria os transportes, manutenção, vigilância e conservação, em que se aplicou à risca, a política neoliberal.

